



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

Município de Manoel Viana e Câmara Municipal de Vereadores

Edital de Pregão Eletrônico nº 39/2026

Tipo de julgamento: Menor preço global

Regime de execução: Global

Modo de disputa: Aberto/fechado

Edital de pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de sistemas informatizados de gestão pública, de forma integrada, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e legais da Prefeitura Municipal de Manoel Viana/RS e da Câmara Municipal de Vereadores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL VIANA, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de sistemas informatizados de gestão pública, de forma integrada, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e legais da Prefeitura Municipal de Manoel Viana/RS e da Câmara Municipal de Vereadores, com critério de julgamento por Menor Preço global, sob o regime de execução global, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº e do Decreto Municipal Executivo nº 075, de 30 de Junho de 2022.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

Rua Walter Jobim 175 CEP 97.640 – 000 – Fones: 0800 000 4199 ramal 203 -
Setor de Licitações - E-mail: licitacoes@manoelviana.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

2

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no dia **24 de julho de 2026, às 09h e 01min**, podendo as propostas e os documentos ser enviados até às 09h e 00min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de sistemas informatizados de gestão pública, de forma integrada, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e legais da Prefeitura Municipal de Manoel Viana/RS e da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

1.2. A contratação será realizada de forma unificada, por meio de processo licitatório único, porém com execução descentralizada e rateio de custos entre os dois entes beneficiários, conforme dotação orçamentária própria. O sistema deverá permitir acesso segmentado por órgão, com controles independentes e níveis de segurança específicos por perfil de usuário.

1.3. Estima-se o valor da presente contratação em **R\$ 625.986,56 (seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**; sendo o valor de R\$ 508.312,28 (quinhentos e oito mil, trezentos e doze reais e vinte e oito centavos) para a Prefeitura Municipal, e de R\$ 117.674,28 (cento e dezessete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos) para a Câmara Municipal, tendo como base a pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras.

1.4. Tabelas descritivas:

LOTE 1 – PREFEITURA MUNICIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Módulo de Gerenciamento da Tributação e das Receitas Municipais	MÊS	12	1.421,57	17.058,84





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

3

2	Módulo de Gerenciamento do Protesto Eletrônico de CDA – Dívida Ativa	MÊS	12	1.650,00	19.800,00
3	Módulo de Atendimento ao Cidadão	MÊS	12	541,22	6.494,64
4	Módulo de Gerenciamento do Almojarifado	MÊS	12	452,85	5.434,20
5	Módulo de Gerenciamento da Contabilidade, Prestações de Contas ao TCE/RS, Lei de Responsabilidade Fiscal	MÊS	12	1.809,29	21.711,48
6	Módulo de Declaração Eletrônica de ISS	MÊS	12	1.355,77	16.269,24
7	Módulo de Gerenciamento do Meio Ambiente	MÊS	12	1.425,13	17.101,56
8	Módulo de Gerenciamento da Educação Municipal	MÊS	12	2.131,04	25.572,48
9	Módulo de Geração de Tributos Anuais (IPTU, Alvará etc.)	MÊS	12	909,25	10.911,00
10	Módulo de Gerenciamento da Folha de Pagamento integrada ao Software de Gerenciamento de Contabilidade	MÊS	12	1.779,83	21.357,96
11	Módulo de Gerenciamento do Portal de Contracheque, Comprovante de Rendimentos e Atualização do Cadastro dos Servidores Municipais	MÊS	12	703,70	8.444,40





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

4

12	Módulo de Gerenciamento para Atendimento à Prestação de Contas do E-Social	MÊS	12	872,76	10.473,12
12	Módulo de Gerenciamento da Saúde Pública Municipal	MÊS	12	4.040,00	48.480,00
14	Módulo de Gerenciamento das Compras, Licitações e Contratos, com Prestação de Contas do Licitacon/RS e aderente à Plataforma de Pregão Eletrônico	MÊS	12	1.061,94	12.743,28
15	Módulo Gerador de arquivos para integração com LICITACON – RS (via E-Validador)	MÊS	12	665,94	7.991,28
16	Módulo de Integração com Portais de Compras Eletrônicas	MÊS	12	372,92	4.475,04
17	Módulo de Gerenciamento do ISS Municipal (Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Eletrônica de ISSQN)	MÊS	12	1.898,07	22.776,84
18	Serviço de Datacenter/Nuvem (hospedagem, backup e monitoramento 24x7)	MÊS	12	6.393,07	76.716,84
19	Módulo de Gerenciamento dos Processos de Forma Digital	MÊS	12	1.744,79	20.937,48
20	Módulo de Gerenciamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	MÊS	12	451,00	5.412,00
21	Módulo de Gerenciamento da Lei Orçamentária Anual - LOA	MÊS	12	1.018,55	12.222,60





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

5

22	Módulo de Gerenciamento do Plano Plurianual - PPA	MÊS	12	451,00	5.412,00
23	Módulo de Gerenciamento do Patrimônio Público Municipal	MÊS	12	928,75	11.145,00
24	Módulo de Gerenciamento dos Indicadores de Gestão e Governança Pública	MÊS	12	55,00	660,00
25	Módulo de Gerenciamento da Tesouraria	MÊS	12	451,00	5.412,00
26	Módulo de Gerenciamento para Atendimento à Lei da Transparência e Acesso à Informação	MÊS	12	451,00	5.412,00
27	Módulo de Gerenciamento de Cobrança Registrada/PIX	MÊS	12	459,50	5.514,00
28	Módulo de Gerenciamento das Transferências de Bens Imóveis - Online	MÊS	12	525,73	6.308,76
29	Módulo Inteligência Artificial de ChatBot para o Cidadão, com integração aos Softwares de Gerenciamento de Tributação, Folha de Pagamento, Contabilidade e Processos Digitais	MÊS	12	3.200,00	38.400,00
30	Módulo de Gerenciamento da Assistência Social	MÊS	12	2.072,00	24.864,00
31	Implantação dos módulos contratados	SERVIÇO	01	12.800,00	12.800,00

Rua Walter Jobim 175 CEP 97.640 – 000 – Fones: 0800 000 4199 ramal 203 -
Setor de Licitações - E-mail: licitacoes@manoelviana.rs.gov.br

Assinado por 2 pessoas: YUSRA SHUNAINÊH e ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelviana.1doc.com.br/verificacao/F6CC-632A-DA7-121E> e informe o código F6CC-632A-DA7-121E





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

6

Valor total anual estimado da contratação:

508.312,28

LOTE 2 – CÂMARA MUNICIPAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Módulo de Gerenciamento do Almojarifado	MÊS	12	392,30	4.707,60
2	Módulo de Gerenciamento da Contabilidade, Prestações de Contas ao TCE/RS, Lei de Responsabilidade Fiscal	MÊS	12	790,83	9.489,96
3	Módulo de Gerenciamento da Folha de Pagamento integrada ao Software de Gerenciamento de Contabilidade	MÊS	12	1.412,29	16.947,48
4	Módulo de Atualização Cadastral através do Portal do Servidor	MÊS	12	200,88	2.410,56
5	Módulo de Lançamento e Registro de Atos Legais	MÊS	12	201,59	2.419,08
6	Módulo de Gerenciamento do Portal de Contracheque, Comprovante de Rendimentos e Atualização do Cadastro dos Servidores Municipais	MÊS	12	261,36	3.136,32
7	Módulo de Gerenciamento para Atendimento à Prestação de Contas do E-Social	MÊS	12	216,00	2.592,00
8	Módulo de eSocial SST (Saúde e	MÊS	12	45,53	546,36

Rua Walter Jobim 175 CEP 97.640 – 000 – Fones: 0800 000 4199 ramal 203 -
Setor de Licitações - E-mail: licitacoes@manoelviana.rs.gov.br

Assinado por 2 pessoas: YUSRA SHUNAINEH e ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELLO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelviana.1doc.com.br/verificacao/F6CC-632A-DA07-121E> e informe o código F6CC-632A-DA07-121E





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

7

	Segurança do Trabalho)				
9	Módulo de Gerenciamento das Compras, Licitações e Contratos, com Prestação de Contas do	MÊS	12	392,30	4.707,60
	Licitacion/RS e aderente à Plataforma de Pregão Eletrônico				
10	Módulo de Gerador de arquivos para integração com LICITACON – RS (via E-Validador)	MÊS	12	52,32	627,84
11	Serviço de Datacenter/Nuvem (hospedagem, backup e monitoramento 24x7)	MÊS	12	1.307,66	15.691,92
12	Módulo de Gerenciamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	MÊS	12	54,00	648,00
13	Módulo de Gerenciamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	MÊS	12	54,00	648,00
14	Módulo de Gerenciamento do Plano Plurianual - PPA	MÊS	12	54,00	648,00
15	Módulo de Gerenciamento do Patrimônio Público Municipal	MÊS	12	339,98	4.079,76
16	Módulo de Disponibilização de site institucional	MÊS	12	52,32	627,84
17	Módulo de Gerenciamento da Tesouraria	MÊS	12	392,30	4.707,60
18	Módulo de Gerenciamento para Atendimento à Lei da	MÊS	12	261,53	3.138,36

Rua Walter Jobim 175 CEP 97.640 – 000 – Fones: 0800 000 4199 ramal 203 -
Setor de Licitações - E-mail: licitacoes@manoelviana.rs.gov.br

Assinado por 2 pessoas: YUSRA SHUNAINEH e ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUJUSNELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelviana.1dot.com.br/verificacao/F6CC-632A-DA47-121E> e informe o código F6CC-632A-DA47-121E





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

8

	Transparência e Acesso à Informação				
19	Módulo de Gerenciamento dos Processos de Forma Digital	MÊS	12	2.660,00	31.920,00
20	Implantação dos módulos contratados	SERVIÇO	01	7.980,00	7.980,00
Valor total anual estimado da contratação:					117.674,28

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte site eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma





eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes





na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 dias.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação do valor da empreitada global, devendo os valores unitários e totais dos itens ser discriminados em Planilha Orçamentária na Proposta Financeira anexa no sistema, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá anexar os seguintes documentos no Portal de Compras Públicas, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital, bem como, atualizara Proposta, assim que for declarado como vencedor e conforme prazo estipulado em diligência durante a sessão pública de realização do pregão:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);





d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

g) Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União, de que não há sanções aplicadas pelo município de Manoel Viana.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) ou em outros critérios definidos no Edital, inclusive, quando apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);





- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

5.4.1 Será exigida, na fase de habilitação técnica, a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução de serviços semelhantes em complexidade e natureza ao objeto licitado.

- a) Serão considerados compatíveis os serviços que envolvam a implantação, locação e manutenção de sistemas integrados de gestão pública, preferencialmente prestados de forma continuada, mesmo que com estrutura modular variável.
- b) A compatibilidade será avaliada levando em conta a complexidade da solução e o porte da Administração contratante, sendo recomendável que os atestados indiquem a prestação de serviços a entes públicos de porte semelhante ao do Município de Manoel Viana/RS (população estimada em 7 mil habitantes).
- c) Os atestados poderão ser somados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que, em conjunto, demonstrem a execução de sistemas que contemplem ao menos 50% dos módulos principais previstos neste Termo de Referência e no Anexo I.

5.4.2 Além do exposto no item **5.4.1**, será exigido o seguinte:

- a) Declaração de que possui 1 (um) ou mais responsáveis técnicos para o(s) lote(s), sendo ao menos um com formação superior em TI.
- b) Declaração de acesso e pleno conhecimento dos programas-fonte ofertados, apta a realizar customizações e manutenção.





- c) Declaração formal de disponibilização de DC (próprio ou terceirizado) com capacidade de processamento e alta disponibilidade
- d) Fica prevista a realização de Prova de Conceito, a constar do edital, como etapa integrante da fase de julgamento, restrita ao licitante provisoriamente vencedor, com o objetivo de comprovar a aderência da solução às especificações do Termo de Referência. A PoC deverá observar critérios objetivos de avaliação, incluindo a forma de tratamento de itens parcialmente atendidos, e, quando houver parâmetros de desempenho (p. ex., tempos máximos de operações), estes deverão ser previamente fundamentados em estudo técnico. Os resultados e as evidências (protocolos, logs, relatórios, capturas, documentos assinados) serão registrados em ata específica. Esta diretriz alinha-se à Cartilha de Orientações Técnicas do TCE/RS e ao disposto nos artigos 17 e 41 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. VEDAÇÕES

- 6.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação





que disciplina a matéria

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o(a) agente de contratação abrirá a sessão pública, mediante utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

15

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante como instrumento convocatório.

8.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o(a) agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;





8.7.5 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto/fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo ir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada, após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo(a) agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item



3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2., 5.3. e 5.4, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.





13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o





processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

16.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como, as especificações técnicas constantes no Anexo I do Termo de Referência e as condições gerais estabelecidas no TR, com foco na adequada prestação dos serviços e no atingimento dos resultados esperados pela Administração.

16.2 A vencedora deverá proceder a Implantação dos sistemas, Migração de Dados e oferecer treinamentos aos usuários.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal e comprovação da execução dos serviços correspondentes. A despesa ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

Prefeitura Municipal de Manoel Viana:

Órgão 03 – Secretaria de Governo

Unidade Orçamentária 03.01 – Administração Geral do Governo

Dotação 339040060000 (3119) – Locação de Software

Câmara de Vereadores:

Órgão 01 – Câmara Municipal

Unidade Orçamentária 01.02 – Expediente Administrativo

Dotação 3.3.90.40.06.00.00 (3117) – Locação de Software

Fonte de Recursos: 1500



17.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

17.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18. DA ENTREGA E VIGÊNCIA

18.1. A contratação possui natureza de serviço contínuo, com vigência inicial estimada de 12 (doze) meses, prorrogável por até 15 (quinze) anos, conforme previsão contida na lei nº 14.133/2021. - art. 114.

18.2. Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, Edital e seus anexos. Bem como as especificações técnicas, constantes no Anexo I, devendo ainda estar de acordo com as Normas, Portarias e Instruções Técnicas vigentes dentro do território Nacional.

19. DA GARANTIA

19.1 Nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida do contratado a garantia correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades admitidas em lei, como condição para a assinatura do ajuste, visando resguardar a Administração contra eventuais inadimplementos, especialmente no tocante à implantação, migração de dados e treinamento previstos no Termo de Referência, Edital e seus anexos..

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do serviço;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

23

- b) dar causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme





previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

21.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte mesmo site eletrônico.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4 Referente aos reajustes de contrato, o índice de reajuste será calculado pelo IPCA-E, ou ainda a média aritmética entre eles, a ser definido pela Administração no ato de Prorrogação do mesmo

22.5 Fica eleito o Foro da Comarca de São Francisco de Assis/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Manoel Viana

25

22.6. Maiores Informações com o Setor de Compras e Licitações com Joceline Pinheiro Silveira, Brenner Rodrigues Franchi ou Agente de Contratação Lisônia Liane Marotz Neuenschwander e Ana Paula Horn Silva, pelo telefone 0800-0004199 ramal 203 Setor de Licitações, das 07h às 13h ou através do email licitacoes@manoelviana.rs.gov.br

22.7 O Gestor e Fiscal de Contrato da Prefeitura Municipal serão os servidores: Vimar Medeiros e Brenner Franchi (Portarias 475 e 476/2026); e Gestor e Fiscal da Câmara de Vereadores os servidores: Luner Martinez e Emanuelle Silveira (Portaria 029/2026).

Manoel Viana, 02 de julho de 2026

Antônio Flávio Fernandes Busnelo

Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente
examinado e aprovado por esta
Procuradoria Jurídica.

Procurador(a) Jurídico(a)





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F6CC-632A-DAA7-121E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ YUSRA SHUNAINEH (CPF 970.XXX.XXX-49) em 09/07/2026 08:34:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELO (CPF 412.XXX.XXX-63) em 09/07/2026 09:11:56
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelviana.1doc.com.br/verificacao/F6CC-632A-DAA7-121E>